

julgou oportuna a Proposição, já que o tema necessita de maior divulgação. Considerou também que seria conveniente o CNPCP convidar o Presidente Federal da OAB para, numa Reunião futura, debater a matéria em Plenário, uma vez que a própria OAB faz restrição à ideia de se privatizar presídios. Manifestaram-se também o Presidente do Conselho e os Conselheiros Luiz Alfredo Paim e Luiz Flávio D'Urso, favoráveis à Proposição do Conselheiro Miguel, para que o assunto fosse amplamente divulgado do junto aos diversos segmentos da sociedade. Proposição aprovada, por unanimidade, com a recomendação para que primeiro se divulgue e, após, se convide as entidades interessadas, dentre elas a própria OAB. 2) O Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso propôs que, atendendo solicitação de lideranças de Agentes Policiais Federais em São Paulo, o DEPEN/MJ realizasse uma Visita de Inspeção na Unidade Prisional da Polícia Federal, localizada na Rua Piauí, em São Paulo/SP. Segundo ele, o referido estabelecimento penal não oferece condições para cumprimento de pena, não existe ventilação ou iluminação adequadas, oferecendo enormes riscos à população vizinha, inclusive aos Agentes Policiais Federais e aos próprios presos. Proposição aprovada, por unanimidade, ficando estabelecido que o DEPEN/MJ fará uma Vistoria e Inspeção, juntamente com o Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso, que é também Presidente do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária. 3) A Conselheira Maria Eugênia propôs que ficasse registrada na Ata a brilhante palestra proferida pelo Conselheiro D'Urso, na OAB/SE e na Associação Sergipana dos Advogados Criminais, nos dias 09 e 10 de agosto de 1994. Segundo ela, o Conselheiro D'Urso, sempre se referindo ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária na sua palestra sobre privatização das prisões, foi bastante aplaudido. Proposição aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Miguel Frederico do Espírito Santo, que submeteu ao Plenário uma Proposta de Decreto instituinte da Medalha do Mérito Penitenciário Nacional. Segundo ele, trata-se de uma minuta sujeita a alterações. A citada Medalha será conferida a pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que por relevantes contribuições prestadas aos serviços penitenciários tenham se tornando merecedoras da distinção. Acrescentou que as despesas decorrentes correrão à conta do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN). Finalizando, solicitou aos Conselheiros para que apresentem sugestões, visando a elaboração final da Proposta do Decreto, quando, novamente, a matéria voltará ao Plenário para ser discutida. Dando continuidade, o Conselheiro Hermes Vilchez Guerreiro, Relator da Proposta de Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, objeto da Resolução do CNPCP nº 08/94, informou que o seu trabalho foi elaborado com base nas "Regras Mínimas de Tratamento do Preso", da ONU, levando-se em consideração as "Regras" do Conselho da Europa, a Constituição Federal, a Lei de Execução Penal e o

Código Penal. "Da mesma forma, procurou-se adaptar estes textos à realidade nacional, bem como à língua pátria. O trabalho até aqui preparado não tem outra pretensão, a não ser o de provocar a discussão e ser, apenas, o começo do projeto final". Na oportunidade, o Presidente do CNPCP, que é também o Presidente da Comissão Especial da matéria, propôs que a Comissão se reunisse para aprovar o texto, o qual será enviado a todos os Conselheiros para, finalmente, ser debatido em Plenário. Com a aprovação unânime, o Presidente passou a palavra para o Conselheiro Aparecido Lopes Feltrim, que informou a destinação de recursos do FUNPEN aos Estados. Segundo ele, o DEPEN/MJ elaborou o orçamento do FUNPEN para o ano de 1994, com uma estimativa de arrecadação da ordem de US\$ 25.230.000 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta mil dólares). Desse valor, projetou-se a distribuição de recursos às Unidades Estaduais, contemplando, especialmente, aquelas obras com mais de 70% de construção. Assim, ficou a expectativa de se inaugurar, aproximadamente, 12 (doze) construções penitenciárias, neste exercício. Para surpresa do DEPEN, obteve-se informação técnica que a perspectiva de arrecadação da Caixa Econômica Federal, e respectivo repasse ao FUNPEN, seria da ordem de US\$ 14.000.000 (quatorze milhões de dólares). Em decorrência, novo orçamento foi elaborado, reduzindo-se os valores a serem repassados aos Estados, onde permaneceu a expectativa de concluir, no período, tão somente 05 (cinco) estabelecimentos, ou seja, a Colônia Agrícola de Santarém/PA, Colônia Agrícola de Marabá/PA, Penitenciária de Macapá/AP, Penitenciária João Chaves/RN e Posto Policial do Areal, em Taguatinga/DF, valendo-se do critério de mais de 90% de obra concluída. Na sequência, o DEPEN/MJ foi informado de que técnicos da Secretaria de Orçamento Federal transmitiram, em reunião com técnicos de orçamento do Ministério da Justiça, que o orçamento para o FUNPEN, em 1994, era em torno de US\$ 9.000.000 (nove milhões de dólares). Com isso, nova reunião está sendo programada para debater o assunto, havendo, inclusive, a intenção de solicitar a interferência do Senhor Ministro da Justiça. Terminado o seu relato, o Presidente agradeceu a distinção do Conselheiro Feltrim que, como Diretor do DEPEN/MJ, trouxe essas valiosas informações ao Plenário do CNPCP. Dando prosseguimento, o Conselheiro Luiz Flávio D'Urso, Relator do Processo-MJ nº 12.750 que trata da Proposta de Regras Essenciais sobre Arquitetura, Construção e Localização de Estabelecimentos Penais, objeto da Resolução nº 09/94, deste Egrégio Conselho, informou que, dada a complexidade da matéria, principalmente no que tange a custos, ainda está na coleta de subsídios para melhor complementar o seu Parecer, razão pela qual solicitou que o assunto fosse adiado para a Reunião de setembro próximo. Em seguida, o Presidente passou para a fase dos Processos pendentes, distribuídos aos Conselheiros. Inicialmente, o Conselheiro Amauri Serralvo relatou os Processos PGR 4370/93, MJ 3460/94 e MJ 15.865/93, uma vez que todos eles tratam de assuntos idênticos, ou seja, condenado estrangeiro que cumpre pena por violação dos artigos 12 da Lei 6368/76 e 8072/90. Em seu Parecer, o Conselheiro Amauri Serralvo menciona que "o condenado Alex Wichtendahl, sem qualificação conhecida, que cumpre pena no Presídio Hélio Gomes no Rio de Janeiro, encaminhou, em 03 de setembro de 1993, correspondência que chamou de carta aberta à imprensa para diversas autoridades, inclusive Consulados de vários países, que acabaram por desaguar neste CNPCP, em forma de processos diversos, que agora unifico por se tratar de assuntos idênticos (...)" . Após citar a razão pela qual os três processos foram para ele distribuídos, bem como a razão de somente agora serem os mesmos trazidos à julgamento, o Relator ressalta que: "Em síntese, alega o interessado, o Sr. Alex Wichtendahl, aliás equivocadamente, que a sua inconformidade decorre do que dispõe o Art. 12 do Código Penal Brasileiro, e a Lei de nº 8072/90, de 25 de julho de 1990". Alega que os condenados estrangeiros, segundo ele, aproximadamente 95%, que se encontram cumprindo pena por infração do artigo 12 da Lei 6368/76, e que foram condenados por efetuar 'trabalho de correio', ou também chamados 'mulas', sendo primários e que nunca tiveram problemas com a polícia, e, em de

corrência, não podem ser qualificados de 'delinqüentes reincidentes ou habituais', cumprem pena em condições absolutamente desfavoráveis, das as dificuldades da língua e a maior periculosidade dos seus companheiros de reclusão, condenados perigosos que são mantidos junto com os primários e de nenhuma periculosidade. Lamenta, ainda, que a equiparação com os crimes hediondos, estabelecida no artigo 2º da Lei nº 8.072/90 é injusta, não permitindo que eles tenham um tratamento mais adequado às suas condições pessoais, mesmo porque são obrigados a permanecer cumprindo pena em regime fechado, sem as regalias que a lei atribui a outros presos condenados por crime de maior gravidade, mas que não são equiparados aos hediondos (...)" . Depois de resumir a inconformidade do missivista, o Conselheiro Relator infatiza que: "Ressaltando-se as naturais impropriedades praticadas pelo interessado, tanto de natureza lingüística quanto jurídica, compreensíveis, aliás, dada a sua condição de estrangeiro, procura ele apontar a injustiça que existe na lei de tóxicos e na dos crimes hediondos, dando um tratamento muito rigoroso a determinados tipos de criminosos, que poderiam obter maior benignidade da lei, bem como uma diferenciação entre as situações realmente existentes na prática do crime. Conforme se pode perceber, a indicação apontada pelo interessado demanda solução legislativa que, aliás, no nosso modesto entender poderia ser encampada pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça dentro das necessidades de reformas que vêm sendo desenvolvidas no campo da legislação penal e processual penal. Chamamos atenção para a designação de membros ilustres deste Conselho para compor comissão de revisão da lei dos crimes hediondos, o que torna o assunto em debate de extrema oportunidade e conveniência (...)" . Após se referir que o tema já mereceu a atenção do CNPCP, quando da apreciação do Processo-MJ nº 7778/93, que teve como Relator o Conselheiro George Tavares, cujo Voto foi aprovado, por unanimidade, e cuja cópia anexou ao seu Parecer, assim como ao trabalho da Professora Armida Bergamini Miotto, publicado no último número da Revista do CNPCP, o Conselheiro Amauri Serralvo encerrou assim o seu Parecer: "Exceto em raríssimo caso, como o Tratado celebrado com o Canadá em 1992, a situação brasileira está a carecer de maior empenho nessa área, a fim de que não só diminuam os nossos problemas carcerários, mas, sobretudo, que se possibilite uma efetiva oportunidade de reinserção do criminoso ao seu meio social, assistido pela família, diminuindo assim o grave índice de reincidência existente na atualidade. Pelo exposto, somos de opinião que deve ser reiterada a decisão do Colendo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, proferida no Processo 08000.007778/93-24, além do encaminhamento de sugestão ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça para que encampe as modificações legislativas ora reclamadas no tocante à modernização da lei de tóxicos, visto que a dos crimes hediondos já está sendo examinada pela Comissão competente". Posto em discussão, o Parecer em causa foi aprovado, por unanimidade, com a recomendação para que cópia dele seja encaminhada ao Presidente do Conselho Federal da OAB, ao Presidente do Conselho Seccional da OAB do Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN e ao Conselheiro Cláudio Lemos Fonteles. Novamente, o Conselheiro Amauri Serralvo, relatou outro Processo, MJ/SEL nº 52/94, concernente ao Anteprojeto de Lei que "cria unidades orgânicas no Departamento do Sistema Penitenciário do Distrito Federal e dá outras providências". Em seu Parecer, o Relator menciona as alegações do Governo do Distrito Federal, na sua Exposição de Motivos sobre a matéria, bem como o bem elaborado Parecer do Doutor Antonio Djalma Gomes, da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Segundo o Relator, o Coordenador de Estudos Normativos daquela Consultoria aprovou o Parecer e sugeriu que fosse ouvido o DEPEN/MJ. Concordando com a sugestão, o Consultor Jurídico, Doutor Guilherme Henri que Magaldi Netto, em 11.05.94, determinou a remessa do presente Processo àquele Departamento. O seu então Diretor, Doutor Léo Sebastião David, julgou oportuno que fosse ouvido o CNPCP. "Por essa razão, no dia 30/05/94, o Exmo. Sr. Presidente do CNPCP, Professor Edmundo Oliveira, distribuiu-me o Processo para exame e parecer, o que faço somente agora em virtude do acúmulo de pauta das últimas Reuniões do Conselho, que não permitiram viesse o assunto à baila. Na minha opinião, não é o caso de o Sr. Governador do Distrito Federal encaminhar esta matéria à consideração do Ministério da Justiça, para posterior remessa ao Poder Legislativo Federal, a fim de que se transforme em lei federal. Embora o assunto seja relevantíssimo dadas as condições absolutamente precárias que imperam no Sistema Penitenciário do Distrito Federal, assiste inteira razão ao Doutor Antonio Djalma Gomes, pois quem pode legislar a respeito da matéria é o próprio Distrito Federal, segundo o que preceitua a Lei de Execuções nos artigos citados em seu Parecer e a própria Lei Orgânica do Distrito Federal (...)" . Depois de se referir a abalizada opinião do mestre José Afonso da Silva, in "Curso de Direito Constitucional Positivo", 8ª edição, Malheiros Editores, 1992", bem como a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Constituição Federal, o Conselheiro Amauri Serralvo finalizou o seu Parecer: "Assim, em conclusão, somos de parecer que deverá o processo ser devolvido ao Governo do Distrito Federal para que se lhe dê o encaminhamento devido, sem disculdar de que entendimentos deverão ser mantidos com o DEPEN no sentido de, através de convênios, viabilizar os recursos que serão necessários à realização de tão aguardado projeto pelos cidadãos do Distrito Federal, que hoje têm na segurança pública o calcanhar de Aquiles da Capital Federal. É o nosso entendimento". Em discussão o Parecer do Relator, foi ele aprovado, por unanimidade. Mais uma vez, o Conselheiro Amauri Serralvo, Relator do Processo-MJ nº 12.959/94, contendo o Relatório de Atividades de 1993 do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, afirmou em seu Parecer que "o Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo, por seu Presidente, Dr. José Sylvio Fonseca Tavares, com o objetivo de cumprir as determinações da Lei nº 7.210, de 11/07/84, em seu artigo 70, inciso III, combinado com o seu artigo 64, inciso VIII, encaminha o Relatório de Atividades do ano de 1993 para apreciação deste Colendo Colegiado. O Relatório apresentado, conforme afirma o próprio Presidente, atende 'mais ou menos' ao que foi determinado por este CNPCP, em sua Reunião de 18 de abril do corrente, deixando de informar dados sobre o sistema prisional, inspeções realizadas em estabelecimentos penais, serviço de assistência a egressos, supervisão de patronatos, fiscalização dos Conselhos de Comunidade, bem como de oferecer considerações e sugestões relativas à política criminal e penitenciária no Estado. Deixou ainda de enviar Relatório de Inspeção Penitenciária realizada pelo Conselho, ou dados correspondentes. Por entender, permissa venia, que o Relatório de Atividades de 1993, do Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo não atende aos requisitos estabelecidos em lei, opinamos no sentido de que seja baixado em diligência para que sejam prestadas as informações necessárias". Em discussão, o